

PEC 06/2019 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA

EMENDANº À PEC 06, DE 2019  
(Do Sr. Randolfe Rodrigues e outros)

*Emenda à PEC 06/2019 para modificar o art. 23, caput da PEC 06, de 2019, para aumentar o valor da pensão por morte.*

Art. 1º - Dê-se ao art. 23, *caput*, da PEC 06, de 2019, a seguinte redação:

*“Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de setenta por cento do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teriam direito se fossem aposentados por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de cem por cento.*

.....”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As mudanças na forma de cálculo da pensão por morte são mais que severas, configuram algo que se aproxima de uma verdadeira desumanidade institucional. Além de perder a vida do(a) companheiro(a), o(a) dependente terá que viver com metade da renda que contava, caso o óbito tenha ocorrido já durante o usufruto da aposentadoria. Caso contrário, o valor será metade do que o segurado receberia caso se aposentasse por incapacidade permanente, ou seja, 60% da média salarial acrescido de 2% ao ano que ultrapassar 20 anos de contribuição. Se tiver dependentes, terá a direito a 10% a mais por dependente até atingir 100% do valor da aposentadoria (ou do valor calculado segundo as regras acima).

O cálculo constante na PEC parte de pressupostos irrealistas. A morte do segurado não significa que os custos da família cairão à metade, pois há custos com rigidez, como o aluguel, ou custos crescentes com a idade, como remédios. A situação se agrava se considerarmos os dependentes. Segundo o IBGE, a taxa de fecundidade média é de 1,7 filho por mulher. Portanto, a renda do segurado abastecia, em média, uma família de 4 pessoas. Com o óbito do segurado, não é plausível que as despesas caiam à metade ou a 70%, com a soma do percentual correspondente a dois dependentes.

Por esses motivos, propomos a elevação do valor da pensão por morte para 70% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de cem por cento.



**RANDOLFE RODRIGUES**  
Líder da REDE Sustentabilidade

